Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: julho de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Lula vai dar novo reajuste a benefício do Bolsa Família – Eduardo Scolese e Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 01/07/2009 4

Pobre paga mais tributos que rico, diz IPEA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/07/2009 5

Pobre trabalha o dobro que rico para pagar impostos, diz Ipea – Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Brasil - 01/07/2009 6

Lula quer novo reajuste para o Bolsa Família – O Globo – O País – 02/07/2009 ... 6

Pobres trabalham o dobro dos ricos para pagar impostos – Sítio Eletrônico do MST – 02/07/2009 8

Bolsa Família pode ter mecanismo permanente de reajuste, diz Dilma - Luiza Damé e Isabel Braga – O Globo – O País – 04/07/2009 9

Crise agrava pobreza no mundo ONU: até 90 milhões voltarão a viver com menos de US$ 1,25 por dia – O Globo – Capa – 06/07/2009 10

Crise reduz luta contra pobreza ONU: até 90 milhões entrarão na faixa dos que vivem com US$ 1,25 por dia em 2009 - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/07/2009 10

Analista defende novo foco ao Bolsa Família – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Brasil – 13/07/2009 12

Crédito a beneficiário do Bolsa Família cresce – Estado de São Paulo – Nacional – 16/07/2009 14

Parceria entre Bolsa Família e microcrédito eleva renda de beneficiários – Sítio Eletrônico do MDS – 16/07/2009 16

Bolsa Família só não tem valor para quem pode dar gorjeta de R$ 50, diz Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 17/07/2009 18

Bolsa-família: piso para reajuste é 5% - Estado de São Paulo – Nacional – 18/07/2009 19

MDA cria selo para identificar produtos da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 22/07/2009 19

Presidente encaminha ao Congresso projeto que cria a Lei de ATER – Sítio eletrônico do MDA - 22/07/2009 20

Grande oportunidade para a pequena agricultura – Jefrey Sachs – Valor Econômico – Opinião – 22/07/2009 22

Pesquisa mede impacto eleitoral do Bolsa-Família – Estado de São Paulo – Nacional – 24/07/2009 25

Novo presidente da Embrapa define programas e diretrizes – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agroegócios – 24/07/2009 26

FGV: Bolsa Família rendeu a Lula 2,9 milhões de votos – O Globo – O País – 25/07/2009 27

Luz para Todos antecipa meta para véspera eleitoral – Valor Econômico – Política – 28/07/2009 28

Agricultura familiar ganha identificação – Sítio eletrônico da CNA – 30/07/2009 28

Uma Bolsa que não fecha - Demétrio Weber e Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 31/07/2009 29

Incra: meta de titular 53 comunidades quilombolas até 2010 – Sítio Eletrônico do MDA - 31/07/2009 31

Lula vai dar novo reajuste a benefício do Bolsa Família – Eduardo Scolese e Kennedy Alencar – Folha de São Paulo – Brasil – 01/07/2009

Tendência é conceder aumento ainda em 2009; governo estuda três cenários e cogita adiantar previsão de inflação para 2010

Para presidente, oposição não contestará medida judicialmente por medo de desgaste com o eleitorado mais pobre antes da eleição

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu conceder um reajuste aos benefícios do Bolsa Família ainda neste ano. A tendência é dar um aumento acima da inflação acumulada desde o último reajuste, em julho do ano passado.
Segundo apurou a **Folha**, há três cenários em estudo no governo. O primeiro é oferecer de uma só vez a inflação acumulada desde julho do ano passado mais a previsão de inflação para o ano que vem. O valor médio do benefício, hoje em R$ 85, poderia ser reajustado para ao menos R$ 95.
No segundo cenário, o reajuste do Bolsa Família seria atrelado a outro indicador econômico, como o salário mínimo. O aumento não ficaria vinculado ao indicador de inflação, que tem apresentado tendência de queda. Nos últimos 12 meses, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado é de 5,20%. O IPCA é o indicador oficial da inflação.
A Folha apurou que o presidente já se comprometeu com o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, a repor, pelo menos, a inflação desde o último reajuste.
No terceiro cenário, Lula daria em julho ou agosto deste ano o reajuste relativo aos últimos 12 meses de inflação e faria outro reajuste em julho ou agosto do ano que vem, já no início da campanha eleitoral.
Por ora, a tendência de Lula é optar pelo primeiro cenário, que permitiria oferecer um reajuste com adiantamento de inflação futura, ajudando a aquecer a economia e antecipando recursos aos mais pobres. Também seria o mais vantajoso politicamente. Nesse cenário, para amenizar eventuais críticas da oposição, o Planalto teria na manga o discurso de que antecipou o reajuste para evitar uma nova ampliação do benefício no ano eleitoral. Tal ampliação, se feita em 2010, poderia ser alvo de ações judiciais de partidos da oposição contra o governo.
O governo, porém, acha que dificilmente a oposição contestará judicialmente um novo reajuste, seja neste ou no próximo ano. Lula avalia que PSDB, DEM e PPS poderiam acusar o governo de tentativa de uso eleitoral, mas teriam mais a perder politicamente. A oposição também vai disputar as eleições de 2010 e não desejaria sofrer desgaste diante do eleitorado mais pobre.
Em outubro do ano que vem, haverá eleições para presidente, governos dos Estados e do Distrito Federal, dois terços dos 81 senadores, todos os 513 deputados, todas as

Assembleias Legislativas e Câmara Distrital de Brasília.
O Bolsa Família, que atende 11,3 milhões de famílias, é o principal programa social do governo Lula. Será uma espécie de carro-chefe da eventual campanha da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, escolhida por Lula para concorrer à sua sucessão no ano que vem.
No segundo cenário em estudo no governo, a justificativa seria de que o atual benefício é insuficiente para tirar da miséria parte das famílias beneficiárias. Aquelas consideradas extremamente pobres (com renda mensal de até R$ 69 por pessoa) recebem o benefício básico de R$ 62, mais R$ 20 por filho (limite de três) e R$ 30 por adolescente (limite de dois).
Os beneficiados pelo programa recebem entre R$ 20 e R$ 182 mensais e, para não perder o direito ao benefício, são obrigadas a vacinar os filhos e mantê-los na escola. Até o final de 2010, a meta do governo é atender 13 milhões das famílias.

Pobre paga mais tributos que rico, diz IPEA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/07/2009

Estudo mostra que trabalhadores com salários mais baixos gastam 33% do que recebem com impostos; mais ricos, 23%

Levantamento do instituto indica que carga tributária total aumentou para todas as faixas de renda e chegou a 36,2% do PIB em 2008

Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que, quanto menor a renda do trabalhador brasileiro, mais tributos ele paga proporcionalmente ao que ganha.
Segundo o instituto, os 10% mais pobres do país gastam 33% do que recebem para pagar tributos, enquanto os mais ricos destinam 23% da renda.
O presidente do Ipea, Marcio Pochmann, diz que a diferença na carga de impostos paga em cada faixa de renda se deve à cobrança indireta de tributos. Pelos cálculos do instituto, de cada R$ 100 de impostos pagos no país, R$ 42 são indiretos.
Os trabalhadores com rendimentos menores são isentos do IR. Mas os tributos são cobrados em todos os itens que consomem, na chamada tributação indireta. Como as alíquotas são as mesmas, independentemente da renda de quem compra, elas pesam mais para os contribuintes que ganham menos.
O esforço dos contribuintes de todas as faixas de renda para pagar impostos aumentou nos últimos anos. Isso porque a carga tributária total do país subiu. No ano passado, o Ipea calcula que ela tenha ficado em 36,2% do PIB, ante 32,8% em 2004.
O número do Ipea segue a metodologia do IBGE, diferentemente do método da Receita Federal. Portanto, quando o fisco apresentar o cálculo da carga fiscal de 2008, este será menor porque não inclui os gastos com FGTS, por exemplo.
O estudo do Ipea mostrou que os trabalhadores com renda familiar mensal de até dois salários mínimos gastaram 53,9% da sua renda em tributos em 2008. Em 2004, eram

48,8%. Os contribuintes com renda acima de 30 salários mínimos, por sua vez, destinaram 29% do que ganharam aos impostos. Em 2004, eram 26,3%. Segundo o IBPT, a carga tributária do ano passado foi de 36,56% do PIB.

Pobre trabalha o dobro que rico para pagar impostos, diz Ipea – Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Brasil - 01/07/2009

Pobres e pessoas que não têm propriedades enfrentam carga tributária bruta maior que a de ricos e proprietários, conclui pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentada ontem. O presidente, Marcio Pochmann, disse que é mais um indicador da injustiça do sistema brasileiro, marcado pelos tributos indiretos como, por exemplo, o ICMS e o IPI. "Quem tem mais dinheiro, paga menos imposto no Brasil. Os pobres gastam tudo o que ganham e sofrem mais com o peso dos tributos indiretos."

Ao comentar as medidas de desoneração adotadas pelo governo, Pochmann admitiu que não foram decididas do ponto de vista da justiça tributária, mas ponderou que é preciso ver o poder de preservação de empregos que elas têm.

Usando informações do IBGE e considerando as faixas de renda da população em 2008, o Ipea mostrou que os que ganharam até dois salários mínimos tiveram de suportar carga de 48,8% do que receberam. Do outro lado da lista, para quem ganhou mais de 30 salários mínimos, a carga foi de 29%. Ao transformar essas diferentes cargas em dias trabalhados, o instituto indicou que a faixa de renda menor teve de trabalhar 197 dias - os mais ricos, 106 dias. Ao analisar a carga tributária bruta sobre não-proprietários e proprietários, o Ipea usou dados de 2006. Para os não-proprietários, calculou que o peso da contribuição previdenciária, incluindo FGTS, e do IR retido na fonte foi de 18,8%. Para os proprietários, a carga foi de 13,6%.

Lula quer novo reajuste para o Bolsa Família – O Globo – O País – 02/07/2009

Presidente deve discutir assunto hoje com a junta orçamentária; justificativa é compensar a inflação

BRASÍLIA. O governo estuda reajustar o valor dos benefícios do Bolsa Família. A proposta poderá ser discutida hoje no encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a junta orçamentária, que reúne os ministros da Fazenda, do Planejamento, da Casa Civil e de Relações Institucionais.

Vitrine da política social do governo Lula, o Bolsa Família foi reajustado pela última vez

em julho do ano passado. O percentual médio aplicado na ocasião foi de 8%, elevando os benefícios para a faixa atual de R$ 20 a R$ 182 por mês. Na média, cada família recebe R$ 85 por mês, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No governo, quem defende o aumento argumenta que é preciso compensar a inflação do período, impedindo a perda do poder de compra da população pobre. A inflação medida pelo INPC nos últimos 11 meses, de julho de 2008 a maio de 2009, foi de 4,5%. Já o IPCA subiu 4,42%.

Nos próximos dias, o IBGE divulgará os índices de junho e aí será possível calcular a inflação do período de 12 meses.

A disposição do presidente Lula de conceder reajuste ao Bolsa Família, ainda sem um percentual definido, foi anunciada ontem pelo jornal "Folha de S.Paulo". O Ministério do Desenvolvimento Social divulgou apenas que monitora o impacto da inflação sobre o consumo da população pobre, a pedido de Lula. Segundo o ministério, qualquer decisão no sentido de reajustar ou não os benefícios caberá ao presidente.

O Bolsa Família, cujo orçamento este ano começou com R$ 11,4 bilhões e deverá chegar a R$ 11,9 bilhões, vive um processo de expansão. No início do ano, eram atendidas 11,1 milhões de famílias. Esse número atingirá 12,4 milhões até outubro, com a incorporação de 1,3 milhão de novos beneficiários, dos quais 300 mil ingressaram em maio. Outros 500 mil entrarão em agosto e o restante, em outubro.

Primeiro reajuste foi concedido em 2007

O custo da expansão do programa em 2009 será de R$ 500 milhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social. Para 2010, está prevista a incorporação de mais 600 mil beneficiários, o que levará o programa a cerca de 13 milhões de lares.

O primeiro reajuste do Bolsa Família foi concedido em 2007, quase quatro anos após a sua criação. O percentual médio foi de 18%. No ano seguinte, em julho de 2008, foram mais 8%. Na época, o governo atribuiu a medida ao aumento exagerado no preço dos alimentos, no primeiro semestre daquele ano.

Em março de 2008, o Bolsa Família passou a pagar um benefício extra a jovens de 16 e 17 anos, no valor de R$ 30 mensais por pessoa e limitado a dois jovens por lar. A expansão atualmente em curso foi possibilitada pela elevação do limite de renda familiar por pessoa que dá direito a ingressar no programa. Este ano, a chamada linha da pobreza subiu de R$ 120 para R$ 137 por mês e a da extrema pobreza, de R$ 60 para R$ 69.

Quem tem renda familiar por pessoa abaixo da linha da extrema pobreza ganha automaticamente repasse de R$ 62. Filhos de 0 a 15 anos dão direito a benefícios extras de R$ 20, limitados a três filhos por família (R$ 60). Para atingir o valor máximo de R$ 182

mensais, a família deve ter ainda dois jovens de 16 ou 17 anos. O programa exige que crianças frequentem a escola e vão a postos de saúde. Os jovens devem estudar.

Pobres trabalham o dobro dos ricos para pagar impostos – Sítio Eletrônico do MST – 02/07/2009

Esse é o resultado do estudo Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo, fruto de um convênio assinado entre o Ipea e a Receita Federal, calculou que os brasileiros mais pobres têm de trabalhar durante 197 dias do ano para pagar os tributos cobrados pela União, Estados e Municípios. É quase o dobro dos 106 dias de esforço exigido dos brasileiros mais ricos do País, que ganham acima de 30 salários mínimos.

Com base no Sistema de Contas Nacionais do IBGE, a renda nacional pode ser dividida em rendimento dos proprietários (empregador e conta própria) e dos não-proprietários (empregados). Entre os proprietários, a incidência de tributos corresponde a 13,6% da renda. Já entre os não-proprietários, é equivalente a 24,4% da renda.

Segundo o presidente do Instituto, o professor Marcio Pochmann, os trabalhadores tem uma carga tributária 78% maior do que a dos patrões. De forma contraditória, quem tem menos dinheiro paga mais imposto aos cofres da União. De acordo com o estudo, quem recebe até cinco salários mínimos tem carga tributária superior à média do País.

A maior parcela dos gastos da população de baixa renda é com itens básicos como alimentação, habitação e transporte. No entanto, a maior parte do dinheiro arrecadado com os impostos não é gasto com esses itens. A maior verba é destinada pela União aos setores da previdência social, educação e saúde e com o pagamento de juros.

A pesquisa não tem como prever a quantia da arrecadação desviada em esquemas de corrupção.

(Com informações da Agência Envolverde e Radioagência NP)

Servidor terá reajuste 2,5 vezes maior que todo o Bolsa Família – O Globo – Capa – 04/07/2007

Mesmo com queda de arrecadação, governo confirma aumentos de até 137%

Embora o governo tenha arrecadado, de janeiro a junho, R$ 63 bilhões a menos do que previa, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, anunciou que todos os reajustes salariais de servidores públicos prometidos para 2009 serão mantidos. Os aumentos custarão R$ 29 bilhões só este ano, 2,5 vezes mais do que o orçamento anual do programa Bolsa Família — que paga benefícios a 11,1 milhões de famílias e custa R$ 11,4 bilhões por ano. Segundo Paulo Bernardo, embora a lei permita o adiamento do reajuste quando há queda de arrecadação, a área econômica avaliou que não seria necessário. A oposição

denunciou que os reajustes — que custarão R$ 40,1 bilhões em 2010 e R$ 47,3 bilhões em 2011 — têm caráter eleitoreiro. Mas Paulo Bernardo e a ministra Dilma Rousseff negaram. **Página 3**

Bolsa Família pode ter mecanismo permanente de reajuste, diz Dilma - Luiza Damé e Isabel Braga – O Globo – O País – 04/07/2009

Candidata à Presidência em 2010, ela anuncia plano sem o colega Patrus

BRASÍLIA. Após a reunião da Junta Orçamentária, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, confirmou ontem que o governo estuda um reajuste dos benefícios do Bolsa Família para este ano e também para 2010, quando a petista deverá disputar a sucessão do presidente Lula. Segundo Dilma, a ideia é estabelecer um critério permanente de reajuste dos valores do principal programa social do governo, que hoje é pago a 11,1 milhões de famílias no país.

— Há, da parte do governo, notadamente do presidente da República, uma avaliação de que, enquanto a gente dá bastante desoneração para os setores empresariais, é justo a gente avaliar um reajuste também para os setores mais pobres, aqueles que recebem o Bolsa Família — afirmou Dilma.

O aumento dos benefícios do Bolsa Família foi levantado pela ministra na reunião da Junta Orçamentária, integrada também pelo presidente Lula e pelos ministros Guido Mantega (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento). A decisão foi que o assunto será discutido com o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias.

Segundo Dilma, a discussão começará imediatamente, mas o reajuste deste ano não necessariamente será imediato.

— (O aumento) Pode ser para vigir (sic) em 2009, e nós podemos avaliar também uma repercussão para 2010 — afirmou a ministra.

Perguntada sobre o impacto de uma medida como esta no ano eleitoral, a ministra afirmou que o governo vai criar regras para reajuste dos benefícios do Bolsa Família. Dilma disse ainda que participará dessa discussão porque a Casa Civil coordena todos os ministérios e os principais debates do governo passam por ela.

— Nós não estamos pretendendo fazer uma medida pontual.

Estamos pretendendo fazer um critério pelo qual o Bolsa Família deve ser reajustado.

É mais um procedimento, e já tínhamos pensado nisso há mais tempo — afirmou.

Segundo ela, Lula considera o aumento justo, porque são quase 12 milhões de famílias atendidas, que recebem em média R$ 85 mensais.

— É a parcela mais empobrecida, que não tem nenhum dos lobbies característicos no nosso país nem o poder — argumentou.

O último reajuste do programa foi em julho do ano passado. O percentual médio aplicado na ocasião foi de 8%, e elevou os benefícios para a faixa atual: entre R$ 20 e R$ 182 por mês.

Vitrine do governo Lula, o Bolsa Família começou 2009 com um orçamento de R$ 11,4 bilhões, mas poderá chegar a R$ 11,9 bilhões. No início do ano, eram atendidas 11,1 milhões de famílias. Esse número atingirá 12,4 milhões até outubro, com a incorporação de 1,3 milhão de novos beneficiários, dos quais 300 mil são atendidos desde maio. Outros 500 mil entrarão em agosto e o restante, em outubro.

O custo da expansão do programa em 2009 será de R$ 500 milhões. Para 2010, está prevista a incorporação de mais 600 mil beneficiários, o que levará o programa a cerca de 13 milhões de lares.

Crise agrava pobreza no mundo ONU: até 90 milhões voltarão a viver com menos de US$ 1,25 por dia – O Globo – Capa – 06/07/2009

Relatório das Nações Unidas sobre as Metas do Milênio, que será apresentado hoje em Genebra, revela que os avanços na luta contra a pobreza e a fome começam a recuar, em consequência da crise financeira mundial. A ONU calcula que o número de pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 (cerca de R$ 2,40) por dia poderá aumentar até 90 milhões este ano.

Crise reduz luta contra pobreza ONU: até 90 milhões entrarão na faixa dos que vivem com US$ 1,25 por dia em 2009 - Liana Melo – O Globo – Economia – 06/07/2009

O mundo recuou no combate à pobreza e na erradicação da fome. Não foi um recuo estratégico, mas uma reação à crise financeira global que se agravou em 2008, provocando uma certa inversão de tendência de alguns avanços detectados nos últimos anos. Como o mundo já está a meio caminho do limite do prazo fixado para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o sinal amarelo foi acionado nas Nações Unidas. O prazo limite para atingir as Metas do Milênio é 2015. O relatório com os números de 2008 será apresentado hoje, em Genebra, pelo secretáriogeral da ONU, Ban Ki-moon.

Embora ainda não existam dados suficientes para dimensionar o impacto generalizado da crise, as Nações Unidas já fizeram algumas projeções que apontam para o ingresso, em 2009, de mais 55 milhões a 90 milhões de pessoas vivendo com menos de US$ 1,25 (R$ 2,44) por dia. Isso significa que os indicadores de extrema pobreza, que tinham caído de 1,8 bilhão de pessoas, em 1990, para 1,4 bilhão, em 2005, voltaram a subir.

O pior é que a crise financeira não reinou sozinha em 2008. Ela veio acompanhada de um aumento generalizado dos preços dos alimentos.

A crise alimentar, que refluiu no segundo semestre enquanto a financeira se agravava, acabou elevando de 16%, em 2006, para 17%, em 2008, o percentual da população mundial considerada miserável.

Na América Latina e no Caribe, por exemplo, o percentual da população que vivia com menos de US$ 1,25 por dia, voltou a subir para 8%, depois de ter registrado uma queda de 13% para 7%, em 2007. Mas foi na África Subsaariana, no subcontinente indiano e no Oriente Médio que a inversão de tendência em relação à indigência foi mais acentuada: subiu de 59% para 64%, de 38% para 44% e de 10% para 25%, respectivamente.

Hoje, mais de um quarto das crianças que vivem nos países em desenvolvimento têm peso insuficiente para a sua idade. A crise alimentar provocou um agravamento da situação de subnutrição entre menores de 5 anos. A América Latina foi uma das poucas regiões em que a situação agravou-se menos, tendo recuado de 12% na década de 90 para 8% em 2007. Em 2008, o índice não se alterou, permanecendo estável em 7%.

Progresso 'lento demais', diz ONU

Ao fazer um balanço hoje das Metas do Milênio, Ki-moon vai advertir que, apesar dos numerosos êxitos conquistados até agora, os progressos têm sido, de um modo geral, "lentos demais" para permitir a implementação das metas nos próximos seis anos. O documento com as Metas do Milênio foi assinado em 2000 por 191 países. Dentre as oito metas fixadas (acabar com a fome e a pobreza, universalizar a educação básica, promover a igualdade entre os sexos, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das gestantes, combater a Aids, reduzir desemprego e respeitar o meio ambiente), uma das poucas a ser atingida, segundo a própria ONU, será a da universalização do ensino básico.

Na maioria dos países, o indicador subiu de 83%, em 2000, para 88%, em 2007.

— Não podemos permitir que um clima econômico desfavorável prejudique os compromissos assumidos lá trás — alertou Ki-moon, afirmando que "chegou o momento de acelerarmos os avanços conquistados".

A crise está inchando os dados de desemprego mundo afora, tanto assim, que, segundo cálculos das Nações Unidas, os sem-emprego podem atingir este ano entre 6,1% e 7% dos homens e 6,5% e 7,4% das mulheres. Como os homens estão conseguindo voltar ao mercado de trabalho mais rapidamente que as mulheres, as Nações Unidas admitem que, dificilmente, a meta de igualdade entre gêneros será alcançada em 2015.

Só que o apelo que será feito hoje por Ki-moon esbarra numa realidade financeira que é de conhecimento da ONU. Nos últimos 49 anos, as nações em desenvolvimento receberam o equivalente a US$ 2 trilhões em doações feitas pelos países ricos; enquanto os bancos e grandes instituições financeiras embolsaram, só no último ano, US$ 18 trilhões. Os dados são da ONU e foram divulgados em junho passado, em Nova York, durante a Conferência Econômica das Nações Unidas, que serviu de base para o relatório que está sendo apresentando hoje.

Analista defende novo foco ao Bolsa Família – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Brasil – 13/07/2009

Para o professor Anthony Hall, da LSE, programa não cumprirá contrapartidas na educação e na saúde se atuar só no curto prazo

Especialista em programa de transferência de renda diz que redução da pobreza foi atingida e novo alvo deveria ser gerar empregos

O governo federal confirmou, há duas semanas, que vai elevar ainda neste ano os pagamentos do Bolsa Família, principal programa social do governo Lula e um de seus maiores trunfos eleitorais. Especialista em programas de transferência de renda, o professor Anthony Hall, da LSE (London School of Economics and Political Science), diz que o Bolsa Família corre um sério risco: o foco de curto prazo na distribuição de dinheiro pode prejudicar o investimento de longo prazo em saúde e educação.

★

FOLHA - O programa cumpriu seus objetivos?
ANTONHY HALL - Seu objetivo imediato, obviamente, é amenizar a pobreza, e as avaliações iniciais indicam que o programa foi bastante bem-sucedido. Outro objetivo é acumular capital humano, fazendo os pagamentos condicionais a educação e saúde. E, nisso, o cenário é menos certo no momento. No campo educacional, as matrículas aumentaram, mas isso não necessariamente significa que a qualidade melhorou. Os resultados são melhores na saúde, em campanhas de vacinação e outras frentes.

FOLHA - E o que poderia ser feito?
HALL - O próximo estágio desse tipo de programa é estabelecer uma ligação clara com geração de emprego. Isso também depende da macroeconomia.

FOLHA - Mas é possível avaliar se o programa cumpre esse aspecto?
HALL - A avaliação tem de acompanhar o progresso dos beneficiários do Bolsa Família cinco, seis anos depois que deixaram a escola, para checar se há correlação entre ter participado do programa e uma melhor posição no mercado. Mas as principais forças do programa no momento, francamente, são políticas. Lula não fez segredo de que sua popularidade é, em larga medida, consequência do Bolsa Família.

FOLHA - E que críticas o senhor faz?
HALL - Essa certa ênfase em transferências de dinheiro, no curto prazo, é um "remendo". Não quer dizer que não funcione, mas devemos ser cautelosos. O que pode haver também é uma mudança na mentalidade dos políticos e planejadores, tentação de "curto-prazismo", de pensar que a transferência de dinheiro seja um modo rápido e popular de entregar os bens e pegar os votos, em vez de investir em saúde e educação pelos próximos dez anos. Não estou dizendo que está acontecendo, mas é um perigo real.

FOLHA - Se o programa for bem-sucedido, está destinado a acabar um dia. Já aconteceu em algum lugar?
HALL - Em teoria, sim. Mas nunca aconteceu. É um poço sem fundo, porque sempre haverá novos objetivos. E isso é bom. O perigo é permanecer de curto-prazo e clientelista.

FOLHA - Quanto tempo? Décadas?
HALL - Sim. Qualquer político que ousar dizer "eu não gosto do Bolsa Família" acabou de cometer suicídio político.O conceito básico está aqui para ficar por um longo tempo.

Crédito a beneficiário do Bolsa Família cresce – Estado de São Paulo – Nacional – 16/07/2009

O primeiro programa de microcrédito voltado a pessoas que recebem o Bolsa-Família, o CrediAmigo do Banco do Nordeste, é um sucesso de público. Criado no ano passado, o sistema de pequenos empréstimos cresceu, na comparação entre janeiro e maio do ano passado e o mesmo período deste ano, 38% no número de clientes e 42% nos valores desembolsados pelos bancos. Apesar da crise econômica, os pequenos clientes do programa já retiraram, apenas este ano, R$ 215 milhões, ante R$ 151 milhões no ano passado.

O programa é dirigido a pessoas pobres e extremamente pobres, com renda per capita inferior a um salário mínimo - o mesmo perfil dos beneficiados pelo Bolsa-Família, mas também pode atender a famílias ainda não atingidas pelo programa, desde que estejam na mesma situação de penúria. Em média, os beneficiários tiram R$ 860 e pagam em carnês mensais. O índice de inadimplência, de 1,2%, é de causar inveja a qualquer loja de eletrodomésticos, banco ou administradora de cartão de crédito.

No total, 225 mil pessoas do Bolsa-Família que já retiraram recursos, o equivalente à metade de todos os clientes do CrediAmigo. A meta do Banco do Nordeste é fazer com que 70% dos clientes do microcrédito sejam do programa. A maioria dos clientes, 65%, é de mulheres e os recursos costumam ir direto para a montagem de pequenos empreendimentos na área de comércio.

"São oficinas, mercadinhos. Elas usam os recursos para montar um mercado, comprar roupas para vender como sacoleiras ou montar bancas em feiras", conta o gerente de negócios em exercício do Banco do Nordeste, Bruno Gama Fortes.

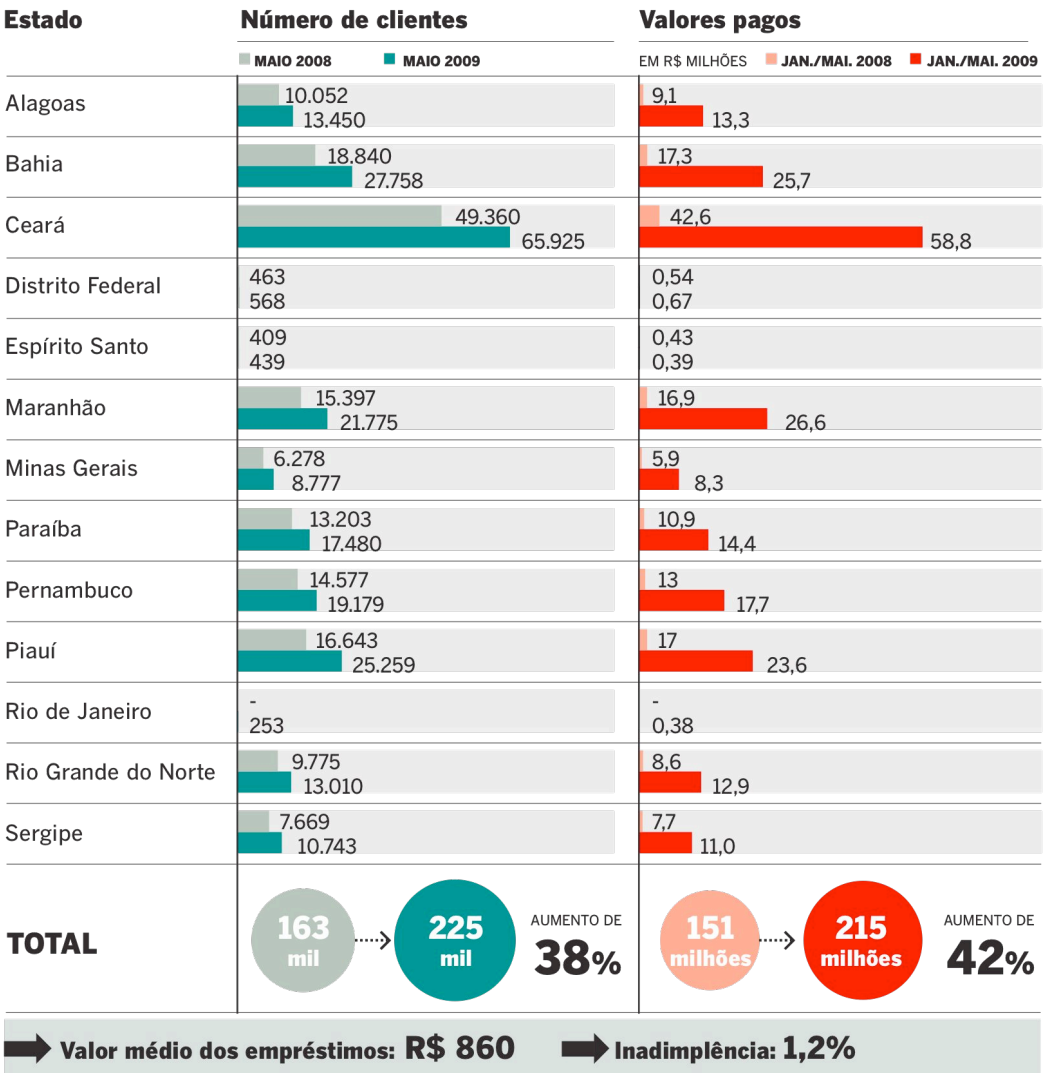
Teresa Gomes, de Paraipaba, pequena cidade de 28 mil habitantes no litoral norte do Ceará, é uma das beneficiárias do programa. Vendedora ambulante de produtos de beleza, ela e o marido têm como renda fixa apenas um salário mínimo, que ele recebe como pedreiro.

Em janeiro, ela obteve um empréstimo de R$ 2 mil, que está sendo pago em mensalidades de R$ 151. "Foi uma beleza", comemora. "Ainda não tem piso nem reboco, mas pude fazer um teto para morar."

Uma parte do dinheiro foi usada na compra de produtos que ela vende de porta em porta, garantindo assim o pagamento do empréstimo, que vai até a metade de 2010.

Microcrédito e Bolsa-Família

Comparação dos dados, nos Estados, nos primeiros meses de 2008 e 2009



Parceria entre Bolsa Família e microcrédito eleva renda de beneficiários – Sítio Eletrônico do MDS – 16/07/2009

Os recursos estão abrindo novas perspectivas de vida para milhares de famílias beneficiárias nos Estados do Nordeste, além de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Um montante de R$ 215 milhões foi emprestado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) a 225 mil beneficiários do Programa Bolsa Família, entre janeiro e maio deste ano. Destinado a investimento em atividades produtivas, os recursos estão abrindo novas perspectivas de vida para milhares de famílias beneficiárias nos Estados do Nordeste, além de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. A parceria entre o Bolsa Família, programa executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e o microcrédito registrou um crescimento de 42% no volume de recursos e de 38% referentes ao total de beneficiários por clientes em relação ao mesmo período de 2008. No ano passado, entre os meses de janeiro e maio, foram liberados R$ 151 milhões de crédito para 163 mil pessoas/beneficiárias.

Metade da carteira de clientes do Programa Crediamigo - modalidade de crédito implantada pelo banco para atender a população de baixa renda - é composta por beneficiários do programa de transferência de renda. Além dos recursos, os clientes recebem orientação do BNB. Os valores do crédito não são contabilizados como renda familiar. A meta do banco é elevar em 70% o quantitativo de clientes do programa que sejam beneficiários do Bolsa Família até 2010. A rede de atendimento do BNB é composta por 88 unidades e postos e 414 assessores de crédito.

O Ceará apresenta o maior volume de recursos emprestados e também maior número de beneficiários que acessaram o microcrédito. Foram investidos R$ 58,8 milhões pelo BNB em atividades produtivas iniciadas por 65.925 cearenses também incluídos no Bolsa Família (*veja quadro abaixo*). Antônia Célia de Sousa Gonçalves, de Paracuru(CE), integra esse grupo atendidos pelos dois programas no Estado. Seu marido trabalha há pouco tempo, sem carteira assinada, e ela sempre trabalhou na área de vendas de porta em porta. Durante oito anos, vendeu roupas íntimas, mas a comissão era pouca. O acesso ao microcrédito do BNB possibilitou que Antônia adquirisse mercadoria de maior valor. Como os empréstimos do banco aumentam conforme o sucesso do microempreendimento, Antônia pegou R$ 300,00, na primeira vez, e chegou a R$ 800,00, na última.

As mudanças na vida da família não se restringiram à renda. A filha mais velha terminou o ensino médio, cursa computação e começou a vender jóias recentemente, mas o trabalho ainda não gerou dividendos. A de 17 anos cursa o ensino médio e ainda tem aulas grátis de inglês e violão. Antônia Célia tem outro filho, de 10 anos. Ela diz que a vida começou a mudar graças ao Bolsa Família. "É um dinheiro que você tem todo mês". A antiga casa ganhou piso, água encanada, torneira e chuveiro. Com o microcrédito orientado

transformado em capital de giro, a cearense alcançou mais um degrau em busca de uma vida melhor.

Além do BNB, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também está iniciando uma operação de microcrédito destinada a beneficiários do Bolsa Família. O MTE selecionou, por meio de edital, 12 instituições que trabalham com financiamento de atividades produtivas para a população de baixa renda. A ideia é realizar 20 mil operações de crédito.

As iniciativas de acesso a microcrédito para os beneficiários representam o terceiro eixo do Bolsa Família, ou seja, a articulação com diversas atividades que contribuem para a emancipação das famílias atendidas pelo programa. "Por meio da transferência de renda, o Bolsa Família combate a fome e a pobreza, ajuda a reduzir a desigualdade e reforça o acesso da população de baixa renda aos serviços de educação, saúde e assistência social", afirma a secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Lúcia Modesto. Importante parceiro na gestão do programa, diversos municípios realizam programas complementares, como qualificação profissional e propostas de geração de trabalho e renda, que também têm o objetivo de desenvolver capacidades de sua população-alvo. Com o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), o MDS repassa recursos que podem ser empregados nessas atividades.

Roseli *Garcia*

ESTADO	Vr. Desemb. Jan a Mai/08	Clientes Mai/08	Vr. Desemb. Jan a Mai/09	Clientes Mai/09
ALAGOAS	9.147.463,64	10.052	13.313.819,37	13.450
BAHIA	17.328.948,01	18.840	25.745.021,40	27.758
CEARA	42.679.574,06	49.360	58.825.077,90	65.925
DISTRITO FEDERAL	549.603,84	463	674.636,77	568
ESPÍRITO SANTO	435.282,32	409	396.483,83	439
MARANHAO	16.977.843,46	15.397	26.662.727,18	21.775
MINAS GERAIS	5.920.713,03	6.278	8.329.554,09	8.777
PARAIBA				

	10.977.683,10	**13.203**	**14.455.701,79**	**17.480**
PERNAMBUCO	**13.069.680,19**	**14.577**	**17.723.634,03**	**19.179**
PIAUI	**17.040.356,30**	**16.643**	**23.663.628,97**	**25.259**
RIO DE JANEIRO	**-**	**-**	**384.297,28**	**253**
RIO GRANDE DO NORTE	**8.680.719,68**	**9.775**	**12.976.232,14**	**13.010**
SERGIPE	**7.742.960,92**	**7.669**	**11.002.109,83**	**10.743**

Ouça o boletim de rádio: Parceria entre Bolsa Família e microcrédito eleva renda de beneficiários

Informações para a imprensa

Roseli Garcia / Rogéria de Paula
(61) 3433-1106 / 3433-1105

Bolsa Família só não tem valor para quem pode dar gorjeta de R$ 50, diz Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 17/07/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que programas como o Bolsa Família não têm valor para ele, que pode dar R$ 50 de gorjeta, mas são uma "revolução" para quem precisa.
A afirmação foi feita durante discurso no 51º Congresso da UNE (União Nacional de Estudantes). Antes da chegada do presidente, a plateia se dividia entre apoiar a candidatura presidencial da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) e a do deputado Ciro Gomes (PSB-CE), que não compareceu. Dilma acompanhou Lula.
No início do discurso, o presidente foi interrompido: "Lula, guerreiro do povo brasileiro." Feito silêncio, criticou os que condenam os programas do governo. "Diziam que era populismo, assistencialismo. Pode ser, porque não passa de dar assistência a uma pessoa. Mas para mim, que posso tomar cerveja num boteco e dar R$ 50 de gorjeta, não tem nenhum valor, mas imagina para uma mãe pobre. Quem nasceu sem precisar não sente, mas quem nunca teve isso e tem acesso é tanto quanto uma revolução". Ao falar do Luz para Todos, o presidente se emocionou e interrompeu o discurso para beber

água. Ele também citou o Prouni, o fim do vestibular e a ampliação do número de universidades públicas e escolas técnicas.
Após o encontro, os participantes do congresso fizeram uma manifestação em defesa da Petrobras, uma das patrocinadoras do evento. De acordo com a organização, cerca de 10 mil participaram do ato. Ao chegar à sede da estatal, o movimento sofreu uma dissidência, principalmente de pessoas ligadas ao PSOL, que usavam camisetas com a inscrição "fora Sarney".

Bolsa-família: piso para reajuste é 5% - Estado de São Paulo – Nacional – 18/07/2009

O governo federal deverá aumentar em pelo menos 5% o valor pago pelo programa Bolsa-Família a seus beneficiários, provavelmente em agosto deste ano. Já foi tomada a decisão de fazer o reajuste pela taxa de inflação dos últimos 12 meses, mas o governo estuda a possibilidade de ir além nas próximas duas semanas.

O reajuste permitiria que o valor médio do benefício, hoje em R$ 85 por família, passasse para R$ 90, apenas com a reposição da inflação. O governo tende a trabalhar com valores inteiros, sem centavos, para facilitar os saques em cidades pequenas, com menor circulação de dinheiro. O valor máximo, que hoje está em R$ 182, passaria para R$ 187, sendo que o básico por família sairia de R$ 62 para R$ 67 e o pago por criança até 15 anos, de R$ 20 para R$ 21.

Uma reunião na última quarta-feira entre o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, definiu que a reposição da inflação é possível, mesmo custando cerca de meio bilhão de reais à União.

Uma das possibilidades é a inclusão da previsão de inflação dos 12 meses seguintes, o que poderia passar de 10% de reajuste a partir de agosto. Isso para evitar um novo aumento em 2010, ano eleitoral. Se os recursos deste ano não chegarem para tanto, o governo poderá retomar uma discussão iniciada no ano passado, de tornar fixo o reajuste do Bolsa-Família.

MDA cria selo para identificar produtos da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 22/07/2009

A partir desta safra, alimentos produzidos por agricultores familiares chegarão ao consumidor identificados com o Selo da Agricultura Familiar, instituído nesta quarta-feira (22) durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010. Por meio de portaria assinada pelo ministro Guilherme Cassel, o Selo será concedido, pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir da adesão voluntária dos produtores.

"Além de valorizar a produção agrícola familiar, o Selo permitirá que o consumidor tenha acesso a alimentos de qualidade produzidos em um meio rural mais justo e por meio de uma produção sustentável", afirmou o ministro.

O Selo da Agricultura Familiar terá validade de cinco anos e será concedido para a identificação de produtos como verduras, legumes, polpas de frutas e laticínios, entre outros. Além de garantir mais informações e segurança alimentar ao consumidor, o Selo deverá estimular a economia nacional a partir da ampliação da comercialização de produtos da agricultura familiar.

De 2002 até este ano, os recursos financeiros para a Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aumentaram 531%, passando de R$ 2,38 bilhões para R$ 15 bi.

"O governo trabalhou para promover o fortalecimento social do Pronaf. Agora, o objetivo é aprimorá-lo economicamente por meio de instrumentos como o Selo da Agricultura Familiar", destaca o diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA, Arnoldo de Campos. "Medidas como essa também resultam na geração de empregos e numa relação mais equilibrada entre a agricultura e o meio ambiente", completa.

O principal critério para adesão ao Selo estabelece que 51% da principal matéria-prima do produto tenha origem na agricultura familiar, setor que responde por 70% dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros. "Os agricultores com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) também terão direito automático ao Selo", explica Arnoldo de Campos.

Presidente encaminha ao Congresso projeto que cria a Lei de ATER – Sítio eletrônico do MDA - 22/07/2009

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ofertada gratuitamente a agricultores familiares e assentados da reforma agrária de todo o País terá uma lei específica. A mensagem presidencial encaminhando ao Congresso Nacional Projeto de Lei do Executivo, em regime de urgência, foi assinada nesta quarta-feira (22), durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, em Brasília **(veja links no final da matéria).**

O Projeto de Lei encaminhado ao Congresso assegura mais qualidade, agilidade e eficácia na oferta de serviços aos agricultores familiares. Os convênios firmados atualmente para a

prestação dos serviços serão substituídos por chamadas públicas de projetos direcionadas, o que vai reforçar ainda mais as cadeias produtivas da agricultura familiar.

"Sempre defendi que não podíamos continuar a distribuição de terra sem uma política de assistência técnica. O trabalhador do campo tem que ter condições de plantar, de se alimentar, de vender a produção e ganhar dinheiro", lembrou o presidente Lula. "Às vezes é melhor demorar para fazer uma coisa e fazê-la no momento certo, na hora que temos certeza que não precisaremos retroceder", complementou.

Ampliação do crédito

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ressaltou os avanços do Plano Safra, agora em sua sétima edição. "Começamos com R$ 2,3 bilhões em 2003. Agora são R$ 15 bilhões para a agricultura familiar. Nunca antes na história desse País tínhamos tido um reconhecimento em volume de crédito, em assistência técnica, em modernização das unidades familiares e em comercialização como temos agora."

Cassel lembrou que o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, construído com base nas demandas do setor produtivo e com apoio de 15 ministérios, traz como mudanças a ampliação de crédito para custeio (de R$ 30 mil para R$ 40 mil por agricultor), para o microcrédito rural (de R$ 1,5 mil para R$ 2 mil do limite de financiamento), para o Pronaf Cota-Parte (limite de crédito subiu de R$ 5 mil para R$ 10 mil para agricultores de cooperativas com base familiar e de R$ 5 milhões para R$ 10 milhões para pessoa jurídica). O limite máximo patrimonial das cooperativas de produção com base na agricultura familiar foi elevado de R$ 50 milhões para R$ 70 milhões.

Seguros

Os seguros de clima, de preço e de safra receberam especial atenção no Plano Safra 2009/2010. O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), antes voltado apenas aos financiamentos de custeio, passou a abarcar também os contratos de investimento. O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) passa de R$ 3,5 mil para R$ 5 mil por agricultor. O Garantia-Safra, seguro que cobre perdas da produção em função de problemas climáticos ocorridos na região Nordeste e no norte de Minas Gerais, passou para R$ 600,00 e terá o pagamento realizado em quatro parcelas. Anteriormente era de R$ 550,00 e pago em cinco parcelas.

Durante o ato, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, assinou medida elevando para R$ 15 mil o crédito habitação concedido para assentados da reforma agrária.

Veículos utilitários

A ampliação do Programa Mais Alimentos por mais um ano foi reforçada pela criação de

uma linha do Pronaf para financiar veículos utilitários. O presidente Lula destacou a medida. "Guilherme (Cassel) e Reinold (Stephanes), estamos chegando perto do dia em que vamos colocar no mesmo contêiner de exportação os produtos da agricultura familiar e do agronegócio."

Além das modalidades Aquisição Direta e Formação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a partir do Plano Safra 2009/2010 os produtores familiares serão responsáveis pelo fornecimento de pelo menos 30% dos produtos para alimentação escolar da educação básica, conforme determina a Lei 11.947, aprovada neste ano. "Isso é muito importante. É um bom desafio para esse setor que já responde pela produção de 70% de todo o alimento que chega à mesa dos brasileiros", afirmou o ministro Cassel.

Reconhecimento

Os representantes dos movimentos sociais, Sergio Göergen, da Via Campesina, Elisângela dos Santos Araújo, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), e Alberto Broch, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), destacaram o "momento de acúmulo" das políticas direcionadas à agricultura familiar. Eles citaram como exemplo programas como o Seguro da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, a Alimentação Escolar e o financiamento de moradias no campo. "Avançamos significativamente", reconheceu Broch, que defendeu a institucionalização de todos os programas da agricultura familiar.

Grande oportunidade para a pequena agricultura – Jefrey Sachs – Valor Econômico – Opinião – 22/07/2009

As burocracias precisam ser dribladas para levar a ajuda aonde é necessária: as famílias mais pobres do mundo

A iniciativa do G-8 visando destinar US$ 20 bilhões a pequenos agricultores, deslanchada na recente reunião de cúpula do grupo em L'Aquila, Itália, é potencialmente um avanço histórico no combate à fome e à extrema pobreza. Com um gerenciamento sério das novas verbas, a produção de alimentos na África crescerá substancialmente. De fato, a nova iniciativa, associada a outras nas áreas de saúde, ensino e infraestrutura, poderá ser o maior passo dado até hoje no sentido de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio, um esforço internacionalmente acordado para reduzir à metade, até 2015, a pobreza extrema, enfermidades e fome.

No período de 2002 a 2006, liderei o Projeto do Milênio da ONU, que visa alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio, em nome de Kofi Annan, o então secretário-geral da ONU. Um dos alvos fundamentais do projeto eram os "pequenos proprietários agrícolas", isto é, famílias de camponeses agricultores na África, América Latina e Ásia

trabalhando a terra em propriedades em torno de um hectare (2,5 acres) ou menos. Essas são algumas das famílias mais pobres no mundo e, ironicamente, também entre as mais famintas, apesar de serem produtoras de alimentos.

São famintas porque não dispõem da capacidade de comprar sementes de alta produtividade, fertilizantes, equipamento para irrigação e obter outros meios necessários para incrementar a produtividade. Em consequência, sua produção é minguada e insuficiente para sua subsistência. Sua pobreza é causa de baixa produtividade agrícola, e a baixa produtividade agrícola realimenta sua pobreza. É um círculo vicioso, tecnicamente denominado armadilha de pobreza.

A Força Tarefa contra a Fome, do Projeto do Milênio da ONU, tendo à frente dois cientistas de importância mundial, M. S. Swaminathan e Pedro Sanchez, analisou como romper esse círculo vicioso. A Força Tarefa contra a Fome identificou que a África poderia ampliar substancialmente sua produção de alimentos se fosse dada ajuda a pequenos agricultores, na forma de insumos agrícolas. O Projeto do Milênio recomendou um grande aumento nas verbas mundiais destinadas a essa finalidade. Com base nesse estudo e em outros diagnósticos científicos inter-relacionados, em 2004 Annan lançou um apelo por uma Revolução Verde Africana baseada numa expansão da parceria entre a África e países doadores.

Muitos de nós, especialmente Ban Ki-moon, o atual secretário-geral da ONU, empenharam-se para tornar isso possível, e Ban repetidamente enfatizou a grave emergência decorrente das crises alimentar, financeira e energética dos últimos dois anos. O comunicado do G-8 reflete esses anos de esforços e, naturalmente, o estímulo de líderes como o presidente Barack Obama, o primeiro-ministro espanhol Jose Luis Zapatero, o primeiro-ministro australiano Kevin Rudd, de Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, do Comissário Europeu Louis Michel, do parlamentar europeu Thijs Berman e outros.

Mas o crucial é fazer esse esforço tornar-se realidade. As lições da história são claras. Disponibilizar sementes e fertilizantes para pequenos agricultores a preços extremamente subsidiados (ou mesmo gratuitamente, em alguns casos) fará uma diferença duradoura. Não apenas a produtividade alimentar crescerá no curto prazo, como também as famílias agrícolas usarão suas rendas mais altas e melhor saúde para acumular todo tipo de ativos: poupança monetária, nutrientes para o solo, animais de criação e saúde e educação para seus filhos.

Esse incremento de patrimônio, por seu turno, permitirá o início de funcionamento de mercados de financiamento locais, como o de microcrédito. Os agricultores poderão comprar insumos, seja com seu próprio dinheiro ou tomando dinheiro emprestado com base na melhoria de sua credibilidade financeira.

Um consenso foi agora obtido sobre a necessidade de ajudar os pequenos proprietários agrícolas, mas persistem alguns obstáculos. Talvez o principal risco seja que as "burocracias envolvidas em ajuda" agora se acotovelem, em sua ânsia por colocar as mãos nos US$ 20 bilhões, de modo que grande parte do dinheiro seja consumido por reuniões, consultoria de especialistas, custos fixos, relatórios e mais reuniões. "Parcerias"

de doadores podem tornar-se um dispendioso fim em si mesmo, contribuindo simplesmente para retardar ações reais.

Se os governos doadores querem, efetivamente, resultados, deveriam tirar o dinheiro das mãos de trinta ou mais estruturas burocráticas de ajuda diferentes e centrá-las em um ou dois focos - sendo os mais lógicos o Banco Mundial em Washington e o Fundo Internacional da ONU para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD, na sigla em inglês) em Roma. Uma dessas agências, ou ambas, então administraria uma conta de vários bilhões de dólares.

Governos de países com regiões afetadas pela fome, especialmente na África, então encaminhariam planos de ação nacionais que descreveriam em detalhe como usariam as verbas dos doadores para obter sementes de alta produtividade, fertilizantes, irrigação, implementos agrícolas, silos de armazenagem e consultoria local para agricultores pobres. Uma comissão de especialistas independentes analisaria os planos nacionais para verificar sua coerência científica e gerencial. Assumindo que um plano fosse aprovado, o dinheiro para concretizá-lo seria desembolsado rapidamente. Em seguida, cada programa nacional seria monitorado, auditado e avaliado.

Essa abordagem é simples, eficiente, transparente e cientificamente sólida. Duas recentes importantes histórias de sucesso no campo de ajuda internacional empregaram essa abordagem: a Aliança Mundial para Vacinação e Imunização, com êxito no esforço de imunização de crianças pequenas, e o Fundo Mundial de combate à Aids, TB, e Malária, que apoia planos de ação nacionais para combater essas moléstias assassinas. Ambos os esforços salvaram milhões de vidas durante a década passada, e abriram caminho para um novo método mais eficiente e cientificamente fundamentado de ajuda ao desenvolvimento.

Não é de surpreender que muitas agências da ONU e organismos de ajuda internacional em países ricos combatam essa abordagem. Muito frequentemente, as disputas "territoriais" são por espaço de influência, e não em torno da maneira mais eficaz de acelerar a ajuda aos pobres. Obama, Rudd, Zapatero e outros líderes de pensamento progressista podem, portanto, fazer uma enorme diferença ao cumprir suas promessas no G-8 e insistir em que a ajuda realmente funcione. As burocracias precisam ser dribladas para levar a ajuda aonde é necessária: na terra arada pelas famílias mais pobres do mundo.

Jeffrey D. Sachs é professor de Economia e diretor do Instituto Terra, na Universidade Columbia. © Project Syndicate/Europe´s World, 2009. www.project-syndicate.org

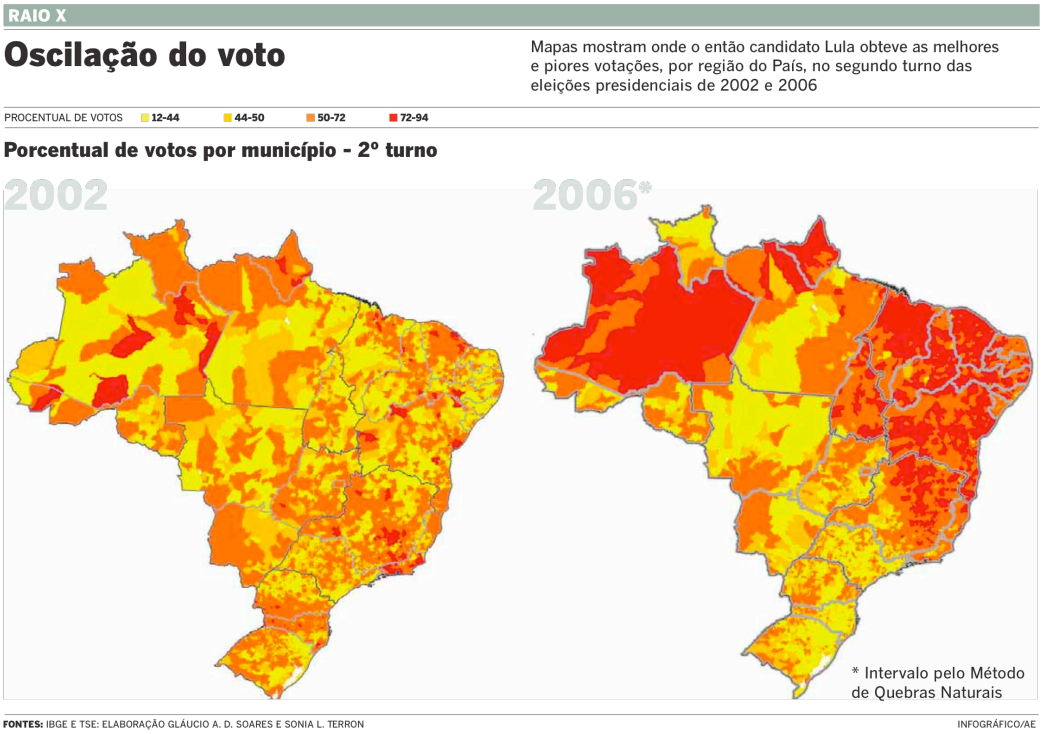
Pesquisa mede impacto eleitoral do Bolsa-Família – Estado de São Paulo – Nacional – 24/07/2009

O programa Bolsa-Família foi responsável por três pontos porcentuais da votação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições presidenciais de 2006, quando ele atingiu 61% dos votos válidos.

Este é o principal resultado de um trabalho recém-concluído do economista Mauricio Canêdo, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getulio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro, que utilizou uma base de dados de 3.397 municípios.

Os três pontos porcentuais representam 2,9 milhões de votos, o que é pouco levando-se em consideração que 11 milhões de famílias já recebiam o Bolsa-Família em 2006 e uma grande parte delas com certeza tem mais de um eleitor.

"A mensagem é que o Bolsa-Família dá votos, já que 3% é alguma coisa, mas dá menos do que a maior parte das pessoas pensa", resume Canêdo.



Novo presidente da Embrapa define programas e diretrizes – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agroegócios – 24/07/2009

Sob nova direção, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) fará um "ajuste fino" em sua atuação, mas não sofrerá alterações radicais. Principal referência mundial em agricultura tropical, a Embrapa terá orçamento de R$ 1,64 bilhão em 2010 e elegeu três programas tecnológicos como prioridade de pesquisa: combate ao fungo da ferrugem da soja, novas alternativas de matérias-primas para adubos e recuperação de áreas degradadas.

No comando da nova etapa iniciada há duas semanas, o agrônomo geneticista Pedro Arraes, 56 anos, ratifica a opção preferencial da empresa pela indústria nacional, transferência de tecnologia à agricultura familiar e cooperação internacional com países da África. "Vamos fortalecer e defender a empresa nacional. Não queremos tomar mercado, mas temos papel fundamental no preço, na qualidade e no não monopólio".

Primo do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), o novo presidente defende a biotecnologia "como ferramenta" do processo. "O que interessa é o produto final. No caso da soja da Monsanto, por exemplo, eles iam dominar o mercado. E a Embrapa garantiu a distribuição da tecnologia a várias empresas". Pedro Arraes rejeita a disputa ideológica entre agricultura familiar e agronegócio. "Já que há uma separação em dois ministérios, temos que conviver bem" E emenda: "Temos que dar um tratamento diferente à familiar sobretudo na área de transferência de tecnologia".

Chefe da unidade Arroz e Feijão da Embrapa até então, o pesquisador carioca defende o processo de seleção que originou sua escolha. "Isso gerou maturidade institucional. Ainda pode ser aprimorado, mas trouxe ganhos à Embrapa", resume. E defende a "desconstrução da burocracia de 35 anos" da Embrapa. "Precisamos agilizar a gestão, simplificar processos e dar mais tempo para o pesquisador dedicar-se à sua atividade-fim". A Embrapa tem hoje 8.637 empregados, dos quais 2.116 pesquisadores, e contratará outros 800 pessoas até 2010.

Pedro Arraes afirma que a estatal deve manter distância da política partidária e diz que as polêmicas geradas por questões ambientais devem ser tratadas com objetividade pela empresa. "Podemos gerar dados e estratégias, mas a questão política transcende o papel da Embrapa". Um estudo do chefe da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo Miranda, desagradou a ambientalistas e foi usado por ruralista no debate sobre a reforma do Código Florestal. "Uma imagem não é matemática porque tem a interpretação. Não se questiona números, mas até essa turbulência teve o mérito de virar a discussão para o lado técnico". Ele defende que a Embrapa tem que "gerar indicadores, produtos e sistemas" porque "a preservação ambiental, por si só, não é nosso papel, mas do Ibama".

A "nova" Embrapa consolidará seus laboratórios no exterior (Labex) e terá foco em grandes projetos de cooperação com países africanos, como Angola, Moçambique e Gana. "Novos Labex eu vou segurar. Vamos consolidar na Coreia e atender a China. Mas o projeto de Labex vai ter uma bandeira. Faremos projetos de longo prazo com agências

como a JICA [cooperação do Japão] na África para recuperar as empresas locais de pesquisa, treinar gente e ajudar as empresas brasileiras que estão lá", afirma Pedro Arraes. "O Lula vai a Burkina Faso? Então, temos que ir lá. Mas vamos ter que selecionar porque tem uma hora que não teremos mais perna".

Arraes revela interesse em criar um Centro Internacional de Treinamento em Agricultura Tropical para auxiliar as centenas de pedidos do exterior recebidos pela empresa. Ele prevê a criação de "Labex no Brasil" para atender às demandas internas, alocando pesquisadores em instituições-chave para o agronegócio e a Embrapa, como FGV, Fiesp, Unicamp e PUCs do Rio e São Paulo.

Mesmo com fortes instabilidades políticas, a "missão internacional" da empresa em países como a Venezuela, onde mantém um escritório, permanecerá. "Tem problema político? Tem, mas a Venezuela importa US$ 5 bilhões do Brasil, tem empresas brasileiras lá e dá para ganhar dinheiro ajudando as pessoas", afirma.

FGV: Bolsa Família rendeu a Lula 2,9 milhões de votos – O Globo – O País – 25/07/2009

Estudo estatístico atribui ao programa 3 pontos percentuais na reeleição de 2006 O programa Bolsa Família garantiu em média três pontos percentuais, ou 2,9 milhões de votos, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições presidenciais de 2006, afirma o pesquisador Maurício Canêdo Pinheiro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

O impacto é bem superior ao do crescimento da economia, outro indicador analisado: 0,34 ponto percentual. Segundo a pesquisa, o efeito eleitoral do programa nos estados do Norte e do Nordeste foi superior ao do restante do país: em Alagoas, o maior índice, alcançaria 8,17 pontos percentuais, enquanto no Rio de Janeiro teria sido de 1,12 e em São Paulo, de 1,89 ponto. Depois de Alagoas, Roraima (6,85%) e Acre (6,53%) foram os estados com maior efeito na eleição. Lula venceu com 61% dos votos.

Para mensurar esse impacto, o pesquisador consultou bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Social. Foram analisados 3.400 dos 5.500 municípios brasileiros. O modelo estatístico, explica Pinheiro, apresenta o efeito isolado de cada uma das 18 variáveis pesquisadas — entre elas a cobertura do programa social e índices de educação, saúde e renda.

No município alagoano de Traipu, por exemplo, em que o Bolsa Família atinge 68% das famílias, a pesquisa credita ao programa do governo 14 pontos percentuais na votação. No Rio, que tem cobertura de 4,5%, o efeito teria sido quase nulo: 0,008 ponto percentual.

Segundo o estudo, o aumento de um ponto percentual no número de beneficiários do programa elevou em 0,55 ponto percentual a votação de Lula em 2006 na média. Já a

mesma variação na taxa de crescimento econômico teve impacto de 0,21 ponto percentual. Pinheiro lembra que o crescimento do PIB não melhora diretamente a vida da população mais pobre. E pondera que a relação entre o Bolsa Família, criado em 2004, e a reeleição do presidente não é tão forte nem decisiva: — Eram 11 milhões de famílias e foram 3 pontos percentuais, ou 2,9 milhões de votos.

Dada a cobertura, é bem menos do que as pessoas imaginam.

Luz para Todos antecipa meta para véspera eleitoral – Valor Econômico – Política – 28/07/2009

O governo resolveu antecipar para setembro do ano que vem - um mês antes das eleições presidenciais - a meta de fazer mais um milhão de ligações do programa Luz para Todos. O plano inicial era dezembro de 2010. Segundo o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o acréscimo permitirá levar luz para cinco milhões de pessoas. A decisão foi tomada na tarde de ontem, durante reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o ministro e autoridades do setor, como o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner.

Segundo Lobão, o governo conseguiu cumprir a primeira etapa do programa - ligar dois milhões de pontos de luz em todo o país, beneficiando aproximadamente 10 milhões de pessoas. Há duas semanas, Lula emocionou-se, durante Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), ao falar do programa, recordando a emoção de uma moradora pobre do interior beneficiada pelo programa.

Lobão afirmou também que a reunião de ontem serviu para um balanço da segurança energética do país. De acordo com o ministro, o país está livre da possibilidade de apagão nos próximos anos. "Avaliamos todas as medidas tomadas pelo governo e asseguramos que não há riscos no fornecimento de energia elétrica para o país neste ano nem nos anos que virão", disse o ministro, contrariando avaliações pessimistas de alguns setores da economia que temem racionamento caso as usinas hidrelétricas de do Rio Madeira e a de Belo Monte demorem muito a entrar em funcionamento. **(PTL)**

Agricultura familiar ganha identificação – Sítio eletrônico da CNA – 30/07/2009

Uma portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário publicada, nesta quarta-feira (29/07), no Diário Oficial da União institui o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar

Uma portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário publicada ontem no Diário Oficial da União institui o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar. Com validade de cinco anos, o selo identificará verduras, legumes, polpas de frutas e laticínios, entre outros produtos. Para adquirir o selo é preciso que 51% da principal matéria-prima do produto tenha origem na agricultura familiar. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o setor responde por 70% dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros.

Bolsa Família aumenta mesmo sem orçamento – O Globo Capa – 31/07/2009

Promessa só pode ser cumprida se Congresso aprovar verba extra Apesar da crise e da queda na arrecadação, o governo terá de fazer pedido de crédito suplementar ao Congresso para pagar o aumento do valor dos benefícios do Bolsa Família, já que o reajuste não está previsto no Orçamento da União. O aumento, de cerca de 10%, deve ser anunciado hoje pelo presidente Lula e custará mais R$ 1,19 bilhão por ano aos cofres públicos. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que ainda faz contas para saber quanto mais será necessário para cobrir o reajuste e a inclusão de novos beneficiários. O programa atingia 11,1 milhões de famílias no começo do ano e, em outubro, deverá contemplar 12,4 milhões. Página 3

Uma Bolsa que não fecha - Demétrio Weber e Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 31/07/2009

Orçamento não prevê aumento que governo dará a seu principal programa social

BRASÍLIA

O presidente Lula deverá anunciar hoje, em Minas Gerais, um reajuste de 10% no valor dos benefícios do Bolsa Família, apesar de o governo não ter previsto, no orçamento do programa, verba suficiente para o aumento.

Ontem, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que o governo está fazendo as contas para saber o tamanho do pedido de crédito suplementar que será encaminhado ao Congresso, até o fim do ano, para garantir o pagamento de todos os benefícios.

A previsão é que o reajuste dos benefícios custe aos cofres públicos R$ 1,19 bilhão a mais por ano.

Após participar de um programa de rádio ontem, Paulo Bernardo alegou que os

recursos adicionais serão necessários para cobrir a expansão do número de beneficiários do Bolsa Família este ano, e não para cobrir os custos do reajuste. O programa começou o ano atendendo a 11,1 milhões de famílias e, em outubro, um ano antes das eleições de 2010, já estará atendendo a 12,4 milhões. O orçamento inicial, que será insuficiente para cobrir as despesas, é de R$ 11,4 bilhões.

— Estamos revisando todas as contas. É possível que precisemos colocar um pouco mais de dinheiro no orçamento por conta disso (ampliação do número de famílias), independente do reajuste do Bolsa Família — afirmou Paulo Bernardo.

Mais 1,3 milhão de famílias em 2009 Na contramão do que declarou o ministro, porém, a expansão do número de beneficiários foi anunciada desde janeiro, e já estava em andamento.

Em maio, foram incorporadas 300 mil novas famílias ao programa.

O cronograma prevê a incorporação de mais 500 mil famílias em agosto e outras 500 mil em outubro.

No início do ano, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estimava que precisaria de mais R$ 500 milhões para bancar a expansão. Até anteontem, a estimativa era de R$ 400 milhões. Ontem, o ministério informou que precisará só de mais R$ 155 milhões para incorporar 1,3 milhão de famílias ao Bolsa Família em 2009, e que o pedido de verba extra já foi encaminhado ao Ministério do Planejamento.

Se o gasto extra estivesse dentro do limite de 10% previsto em lei, a verba poderia ser remanejada por decreto. Paulo Bernardo, no entanto, deixou claro que o governo deverá fazer um pedido de crédito suplementar ao Congresso, o que indica a necessidade de um montante maior.

— Nós vamos ter que resolver dois problemas no Bolsa Família. Um é o reajuste que vai ser dado. E outro é que, como aumentou o número de famílias que recebem, nós vamos ter ainda uma defasagem no orçamento, que estamos calculando e vamos mandar ao Congresso até o fim do ano — disse o ministro.

Para Paulo Bernardo, o programa pesa pouco nas contas públicas: — Se você contar o tamanho das contas federais, o Bolsa Família tem até um valor relativamente pequeno no orçamento.

O ministro evitou confirmar o percentual do reajuste que deve ser anunciado hoje por Lula. Na última terça-feira, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, sinalizou que o aumento poderá ser de 10%, o que aumentaria o repasse médio de R$ 85 para R$ 93,50 por mês. E causaria impacto anualizado de R$ 1,19 bilhão no orçamento. Paulo Bernardo alegou que, se antecipasse o índice na véspera do anúncio oficial, seria chamado de linguarudo por Lula.

Durante o programa de rádio "Bom-dia, ministro", Paulo Bernardo defendeu a importância do Bolsa Família como contraponto à crise econômica. E cutucou a oposição: — Quando o presidente Lula resolveu criar a Bolsa Família, a partir da unificação de vários programas sociais, vários deles (da oposição) diziam que isso era esmola, assistencialismo, um equívoco. Hoje, estou convencido e acho que qualquer comerciante de São Gonçalo vai concordar comigo: o Bolsa Família teve um peso extraordinariamente importante nessa crise.

Ele teve um peso econômico porque as famílias de baixa renda não só mantiveram a sua demanda no comércio como até aumentaram — disse Bernardo.

"Pela lógica, não dá para ter mais gastos"

O líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN), disse que vê com reservas a decisão do presidente de anunciar um reajuste para as bolsas neste momento de crise.

O senador concorda com o aumento do benefício, mas acha que o governo pode não ter recursos para honrar os compromissos. Para ele, é importante que o governo tenha dinheiro não apenas para reajustar o benefício, mas também concluir obras já anunciadas.

— Aplaudo a iniciativa, mas questiono os recursos. Num país com um quadro brutal de queda de receitas e aumento de despesas, pela lógica o governo não tem dinheiro para acrescentar mais gastos — disse Agripino.

Apesar da queda na arrecadação e dos resultados ruins nas contas do governo, o líder do PT na Câmara, Cândido Vacarezza (SP), discorda.

Para ele, Lula age certo ao aumentar o valor dos benefícios pagos a famílias de baixa renda. Vacarezza argumenta que o ministro Paulo Bernardo só pedirá crédito suplementar porque sabe que existe dinheiro em caixa. Essa é a condição básica para se recorrer ao crédito suplementar.

— O Bolsa Família é um programa de desenvolvimento econômico, que traz milhões de pessoas para o mercado. Portanto, num momento de crise, esse aumento é muito bemvindo — disse Vacarezza.

Incra: meta de titular 53 comunidades quilombolas até 2010 – Sítio Eletrônico do MDA - 31/07/2009

O Incra definiu a meta de regularização fundiária em áreas quilombolas, com a emissão de 53 títulos definitivos até 2010. Ainda este ano, 11 comunidades devem ser tituladas. Nestas 11 comunidades, 885 famílias remanescentes de quilombo serão beneficiadas com a posse definitiva de cerca de 20 mil hectares de terras.

Em 2010, o Incra está projetando encaminhar para a Casa Civil, da Presidência da República, os processos de mais 42 comunidades quilombolas. A área total destas 42 comunidades tem pouco mais de um milhão de hectares, que serão repassadas para a posse de 7.301 famílias quilombolas. Após a decretação das áreas como comunidades remanescentes de quilombo, pela Casa Civil, o Incra promove a desintrusão (retirada) dos não quilombola e emite o título definitivo.

Das 11 comunidades que devem ser tituladas ainda em 2009, cinco ficam no Rio Grande do Sul e duas no Pará, sendo que São Paulo, Rondônia, Maranhão e Alagoas têm uma área quilombola cada.

De acordo com a coordenadora-geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra, Givânia Silva, a expectativa é grande no cumprimento das metas. "Vamos operar no sentido de minimizar as dificuldades para agilizarmos as titulações. A Coordenação, em

Brasília, está trabalhando integrada às Superintendências Regionais do Incra em todo o Brasil a fim de realizar todos os procedimentos e acelerar os processos", afirma Givânia.

Reunião

A definição das metas ocorreu na segunda-feira (27), durante reunião na Presidência da República, em Brasília, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, do presidente do Incra, Rolf Hackbart, e de mais 10 ministros, entre outras autoridades ligadas à questão quilombola no Brasil.

Hackbart fez uma apresentação da atuação do Instituto em relação à regularização de territórios quilombolas durante o atual governo. Pelos dados apresentados, 851 processos foram abertos nos últimos seis anos, sendo que foram publicados 87 editais com Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de comunidades quilombolas.

Os dados citam ainda a publicação de 45 Portarias de Reconhecimento de Comunidades Quilombolas e a emissão de 38 títulos definitivos – 11 pelo Governo Federal e 27 em parceria com os estados do Pará, Piauí e Maranhão. A emissão dos 38 títulos beneficiou 3.338 famílias remanescentes de quilombo, com a posse de 303 mil hectares de terras.

Na terça-feira (28), outra reunião também em Brasília, só que na Sede do Incra, contou com a presença dos superintendentes e técnicos de 17 das 30 Superintendências Regionais do Incra em todo o país. Nesse encontro, foi detalhado o plano de ação da autarquia para atingir as metas já estabelecidas e pactuadas junto à Presidência da República para regularização de comunidades quilombola até 2010.

Brasil Quilombola

O Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, tem como finalidade a coordenação das ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O Programa é coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ligada à Presidência da República, e tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações sociais. O Incra é o responsável pela regularização fundiária das comunidades quilombolas.

O Programa também estabelece interlocução permanente com os órgãos e entidades no intuito de descentralizar e agilizar as respostas do governo para as comunidades remanescentes de quilombos. Os governos municipais têm, neste contexto, uma função singular por se responsabilizarem, em última instância, pela execução da política em cada localidade.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL